

eduser

A agenda dos organismos multilaterais
para a educação do campo no Vale do
Juruá, Acre (Brasil)

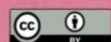
The agenda of multilateral organizations
for rural education in Vale do Juruá, Acre
(Brazil)

MARCONDES DE LIMA NICÁCIO

ISSN 1645-4774 | e-ISSN 2183-038X

<https://www.eduser.ipb.pt>

 **ipb** INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA
Escola Superior de Educação



A agenda dos organismos multilaterais para a educação do campo no Vale do Juruá, Acre (Brasil)

The agenda of multilateral organizations for rural education in Vale do Juruá, Acre (Brazil)

MARCONDES DE LIMA NICÁCIO¹

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (Brasil), <https://orcid.org/0000-0001-9463-2815>, marcondesnicacio@gmail.com.

RESUMO: O estudo objetiva apresentar as primeiras aproximações críticas sobre as relações educação, pobreza e desenvolvimento nas agendas dos organismos multilaterais manifestadas no Vale do Juruá, Acre (Brasil). Nesta investigação, utilizamos documentos dos organismos multilaterais e do estado do Acre (Brasil) como fonte de dados e desenvolvemos também um estudo bibliográfico. Para análise, recorreremos ao método dialético, em que os dados edificaram categorias que culminaram nos resultados encontrados nas recorrências e especificidades estabelecidas nas ações, padrões e relações, o que nos revelaram sistemas de significados categoriais. Através do estudo, observaram-se as conexões que caracterizam a influência que são consolidadas no Vale do Juruá, Acre (Brasil) nas relações educação, pobreza e desenvolvimento. No exame, destaca-se a atuação do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Alemão de Desenvolvimento, que, através de suas agendas, impulsiona um modelo de desenvolvimento e, especificamente através da Florestania, apontam o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre, o Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre e o Programa de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal com Benefícios Socioambientais para Pioneiros no Acre, à lógica centro-periferia de subalternidade dos países pobres/subdesenvolvidos aos desenvolvidos, numa conexão facilitada aos mecanismos do mercado internacional.

PALAVRAS-CHAVE: Política pública; Educação do campo; Organismos multilaterais; Desenvolvimento.

ABSTRACT: This study aims to present the first critical approaches to the relationship between education, poverty, and development in the agendas of multilateral organizations manifested in Vale do Juruá, Acre (Brazil). In this investigation, we used documents from multilateral organizations and the state of Acre (Brazil) as a data source and also developed a bibliographic study. We used a dialectical method for this analysis, in which the data created categories that reached the results found in the recurrences and specificities established in the concepts, standards, and relationships, which revealed systems of categorical meanings. Through this study, we observed the connections that characterize the influence that are consolidated in Vale do Juruá, Acre (Brazil) in the relationships between education, poverty, and development. In the examination, the actions of the World Bank, the Inter-American Development Bank, and the German Development Bank stand out, which, through their agendas, promote a development model and, particularly through Florestania, point to the Acre Sustainable Development Program, the Program for Social Inclusion and Sustainable Economic Development of the State of Acre and the Program for Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation with Socio-environmental Benefits for Pioneers in Acre, to the center-periphery logic of subalternity of poor/underdeveloped countries to developed ones, in a connection facilitated to international market mechanisms.

KEYWORDS: Public policies; Rural education; Multilateral organizations; Development.

1. Introdução

A agenda multilateral reúne conceitos e elementos a serviço do capital numa lógica de imposição da relação centro e periferia. O modelo reproduz uma espécie de conformidade onde os Estados e as sociedades periféricas acabam validando os processos de exploração, tomando como alternativa a conexão facilitada aos mecanismos do mercado internacional, que transmitem e endossam a superexploração dos trabalhadores (Marini, 2017).

Entre as concepções elencadas, está o multilateralismo, que é a prática de coordenação de políticas entre grupos de Estados, gerando acordos pactuados por princípios comuns. O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (PDSA), o Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre (PROACRE) e Programa de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal com Benefícios Socioambientais para Pioneiros no Acre (REDD+ Early Movers/AC), firmados entre o estado do Acre e, respectivamente, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial (BM), o e o Banco Alemão de Desenvolvimento (KFW), são exemplos destas relações.

Essencialmente, o capital apresenta uma propensão permanente de expansão e internacionalização. Como tendência sócio-histórica, o capitalismo impulsiona-se para garantir sua valorização através da conquista ou expansão de seus domínios e da preservação de aporte de suas riquezas em expressões monetárias sólidas, manifestando seu caráter nacional na identificação de espaço territorial e sua natureza expansionista na dimensão internacional para ter sua valorização em diferentes lugares e contextos (Rached, 2008).

Dada a relevância da temática, este artigo pretende apresentar, além do caminho metodológico e das considerações finais, as seções que se desdobram na discussão das estruturas do capitalismo em sua vertente neoliberal e as relações com as políticas públicas nas economias periféricas. Nessa perspectiva, buscou-se, nesta revisão, levantar o que tem sido produzido e publicado sobre a agenda para o desenvolvimento econômico periférico a partir de sua caracterização focada em três instituições: o BM, BID e KFW, assim como compreender a Teoria da Agenda Globalmente Estruturada para a Educação (AGEE). E, como último ponto do debate, apresentar as aproximações iniciais da relação educação, pobreza e desenvolvimento no Vale do Juruá, Acre (Brasil) nas agendas dos organismos multilaterais.

Acredita-se que o presente estudo contribuirá para identificar as relações entre educação, pobreza e desenvolvimento nas economias periféricas e para a compreensão das políticas públicas, sobretudo nas suas manifestações neoliberais, o que está intimamente relacionada com abordagem que se cruza com a política externa, algo que nos levará à compreensão das agendas em questão.

2. A Teoria da Agenda Globalmente Estruturada para a Educação (AGEE)

A reflexão parte da análise do fenômeno da globalização como um conjunto de razões político-econômicas que orientam a economia global na manutenção do sistema capitalista. Nossa crítica destoa dos elementos da AGEE, pois, como aponta Marx, a compreensão da atividade humana é objetiva, dada por uma história real dos homens e que se consolida pela autoconstrução dos indivíduos pelo trabalho, ou melhor, se erige pela condição do homem como ser social concreto que não deve ser modelado por um padrão de desenvolvimento global que naturaliza as desigualdades sociais.

A globalização incide sobre três conjuntos de atividades: economia, política e cultura, que estão plenamente relacionadas e são marcadas pelo neoliberalismo, pela governação sem governo, pela mercadologização e pelo consumismo (Dale, 2004).

A globalização, para a AGEE, em sua natureza, significa a impulsão de princípios econômicos através dos interesses nacionais, num processo de pressão exercido pelos países desenvolvidos sobre os países de economias periféricas.

A ideia de uma agenda para a educação é orientada por uma perspectiva em que a globalização se manifesta através de uma economia que também é global, perpassando todos os países, no triunfo do sistema capitalista manifesto através das empresas transnacionais e da velocidade das transferências financeiras (Dale, 2004).

A teoria orienta uma concepção de educação em que a manutenção do sistema capitalista é uma necessidade global que carece que sejam estabelecidos processos de financiamento, de fornecimento e de regulação das formas de agir do governo dentro da sociedade na oferta educacional (Dale, 2004).

Nesse sentido, os organismos multilaterais, além de serem plataformas de manutenção sistêmica do capitalismo, são modos de governar supranacional que não se vinculam diretamente a nenhum regulamento ou conceito de Estado específico, mas exercem autoridade para com os países, mesmo tratando-se de organizações internacionais não-governamentais (Dale, 2004).

Pelo ideal desenfreado de desenvolvimento econômico global, instituições supranacionais perseguem um nível de modelagem socioeconômico e cultural, afugentando os países de ideais sociais coletivos, levando-os às reformas que são propostas de contingências grupais desses organismos. Estes organismos, que fazem nas políticas educacionais um verdadeiro campo controlado de experimento em que pela via tecnocrômica, como resposta aos empréstimos e investimentos, condicionam as regiões à adoção de suas diretrizes (Scocuglia, 2008).

A incidência da agenda global sobre as políticas públicas ocorre de modo que:

Essa relação tem se pautado por um mandato, porque estas organizações fazem uma agenda mundial, mantêm redes, realizam seminários, constroem conceitos, tornam-se, muitas vezes, hegemônicas e, de certa forma, constroem um mandato social no sentido das expectativas do que se espera que o sistema venha a resolver e que condicionam as políticas educacionais (Teodoro, 2005, p. 223).

As ações configuram-se pela imposição do global sobre o nacional, também afetam a soberania e a autonomia dos países e ainda se consolidam reproduzindo os processos de subordinação, já que quanto mais as condições econômicas dos países forem precárias, maior deverá ser sua aceitação à agenda imposta. Um quadro em que os organismos multilaterais são modelares do desenvolvido e, assim, legitimam seus intentos de exploração.

No Brasil, a interferência das agendas sobre os sistemas educacionais acentua os mesmos problemas do Estado capitalista. As relações de acumulação, expansão e legitimação do modo de produção capitalista, ao serem incorporadas à educação tanto escolar, como não escolar, dentro dos diferentes níveis, modalidades e espaços, concorrem para que, através do amalgamar das identidades individuais, se consiga um consenso coletivo, num trabalho de apropriação de habilidades, que são, na verdade, relações de controle social (Dale, 2004), tendo o Estado como garantidor de um usufruto destinado às crianças, jovens e adultos que permuta educação por manutenção do capitalismo e de sua estrutura hegemônica, num sistema de troca em que verdadeiramente apenas uma classe é beneficiada.

As agendas são propaladas através de conferências, fóruns mundiais, declarações, relatórios, documentos, programas, projetos de lei são apresentadas como decorrências de entendimentos e constroem consensos e leis locais que aparentam sua efetivação. A atual lei de diretrizes e base da educação do Brasil, Lei nº 9.394/96, entre outras, é exemplo de como os ideais de reforma do Estado se evidenciam. O Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010) também foi aprovado sob a lógica de reforma estrutural colocada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo BM, assim como o plano em vigência (PNE 2014-2024) segue repetindo o mesmo intento. Do conjunto de metas estabelecidas no PNE, muitas são similares aos compromissos e metas dos organismos multilaterais, mais especificamente aos elementos como participação da sociedade e as parcerias público-privadas, já previstos desde 2007 no *Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação* (Pessoni, 2017).

De forma mais consistente, o BM e o BID são as duas organizações que mais estão estruturadas na imposição de suas agendas em países como o Brasil e em outras economias mais deficitárias. O papel destas e de tantas outras organizações, como FMI, OMC, KFW, agências diretamente ligadas à ONU, entre outras, é fazer suas agendas fluírem e tornarem-se orientadoras das demandas de educação, pois utilizam mecanismos que dão a impressão de legitimidade, fruto de um processo de discussão e democracia.

Por tudo isso, compreendemos que os organismos multilaterais, ao reproduzirem os ideais do capital humano e imporem uma agenda globalmente estruturada para a educação, interferem nas condições sócio-históricas das políticas públicas do Brasil, como discutiremos a atuação de cada organismo na secção a seguir.

2.1. Agenda dos organismos multilaterais para o desenvolvimento econômico periférico

A proposta dos organismos multilaterais é a promoção do desenvolvimento pelo modelo capitalista. Nesse intento, a promoção de programas, agendas, projetos, ações, acordos e convenções é guiada por inferências previamente estabelecidas. Quando um país, ou seus estados acessam um financiamento, ou empréstimos ofertados por uma dessas instituições, se ganha, com cada cifra disponibilizada, o segmento de uma lógica específica, que conduz precisamente aos interesses da instituição econômica.

Para Anete (2016), a ação das agências internacionais nos anos de 1990 a 2014 é resultado de constituição de uma nova agenda internacional, já que a década de 1980 é considerada uma década de estagnação econômica para os países da América Latina. O que ocorre, a partir dos anos 1990, são arranjos institucionais de inspiração liberal e conservadora, que têm, no ajuste fiscal dos estados nacionais e nas ações de governo em escala local e global, o direcionamento de problemas globais.

Para a instituição multilateral fomentadora de um acordo, empréstimo ou financiamento, o maior benefício da oferta de seu serviço é poder induzir o país-cliente a seguir suas orientações políticas, o que é retornado para a instituição e seus financiadores como garantia de estabilidade, coerção, fidelidade e dependência econômica. Ao passo que, para o país-cliente, resta a perda de sua independência/liberdade para gerir sua economia política interna.

Os organismos multilaterais “tem atuado na difusão de ideias e orientações sobre ‘temáticas conflitivas’ entre países, - tais como danos ambientais, avanços da pobreza e a desigualdade entre países [...] redefinindo a necessidade de um novo padrão de cooperação” (Anete, 2016, p. 15). Assim como atuam na difusão de normas, valores e comportamentos de atores definidos de maneira organizada, regular e previsível (Souza, 2014).

Tão logo se acessa o capital de uma dessas organizações, assume-se, por imposição, uma construção sociocultural e política característica de suas propostas de existência. Ou seja, os organismos passam a materializar-se com todos os seus arranjos dentro dos projetos de quem acessou seus recursos. Ainda que existam contradições e resistências, eles estarão lá altamente atuantes. Nisso, verifica-se a importância de se conhecer as estruturas de atuação.

2.1.1 A atuação do Banco Mundial (BM)

Atualmente, vincula-se a 189 países, com mais de 130 escritórios e com funcionários de mais de 170 países. Suas instituições agem em pautas de redução da pobreza e geração de prosperidade compartilhada nos países em desenvolvimento. Sua missão é dimensionada em: “reduzir para 3% a percentagem de pessoas que vivem com menos de USD 1,90 por dia no mundo até 2030 e “incentivar o aumento da renda dos 40% mais pobres da população em todos os países”. Os cinco organismos que o compõem estão comprometidos com a redução da pobreza, aumento da prosperidade e o desenvolvimento sustentável (Banco Mundial [BM], 2019).

São duas as linhas de atuação que diferenciam as corporações do Banco Mundial. De um lado, tem-se a colaboração com os governos, tratando-se da oferta de financiamentos, assessoria política e assistência técnica. É composta pela Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA), que assiste os países mais pobres do mundo, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que se destina aos países de renda média e países pobres com condições de crédito. Do outro lado, está a cooperação com o setor privado dos países em desenvolvimento, conduzida pela Corporação Financeira Internacional (IFC), com perfil semelhante de financiamento e assistência técnica tem-se a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA), com o diferencial de também dimensionarem seguros contra os riscos políticos e a solução de controvérsias com empresas privadas, o Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (CIADI) (Banco Mundial [BM], 2019).

Das cinco estruturas institucionais do Grupo Banco Mundial, o Brasil é país-membro de quatro delas. A sequência cronológica da vinculação dos órgãos é: em 14 de janeiro de 1946; em 31 de dezembro de 1956 – IFC; em 15 de março de 1963 – Associação Internacional de Fomento (AIF), e em 7 de janeiro de 1993 – MIGA, não tendo relações apenas com o CIADI. Pelo Acordo Constitutivo do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), para se tornar um membro do banco, deve-se aderir ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e, para acessar a AIF, IFC e MIGA, é preciso ser um membro do BIRD (BM, 2019).

O Brasil constitui-se como um dos maiores tomadores de empréstimos do BM na América Latina e Caribe, tendo acessado, desde 1949, um montante superior a US\$ 65 bilhões. Os temas dos projetos

aprovados, no geral, são: serviços e infraestrutura rurais, participação e atividade cívica, políticas e instituições ambientais, gestão da poluição e saúde ambiental, administração e gestão da terra, gestão de recursos hídricos, serviços urbanos e habitação para pessoas de baixa renda, governança municipal e geração de capacidades, biodiversidade e educação (BM, 2019).

Com a caracterização da atuação do organismo Grupo BM, conseguimos dimensionar sua atuação e seu poderio de interferência nas economias periféricas. Um debate não esgotado, em razão da importância da análise de outras organizações. Em tal sentido, sequenciamos com a apresentação da perspectiva de atuação do BID.

2.1.2 A proposição do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

É o maior e mais antigo banco regional de desenvolvimento e a maior fonte multilateral de recursos para a América Latina. O Brasil é um dos prestatários, país-cliente que pode acessar os recursos do banco na categoria de capital ordinário, composto pelos valores pagos por cada mutuário e por fundos oriundos do mercado de capital e da quitação de empréstimos realizados. Ademais, sua atuação não se restringe ao financiamento, existem também a promoção de colaboração e a assistência técnica (Makino, 2015).

O BID reúne 48 países membros, através dos quais é feita a captação de recursos nos mercados financeiros. Na passagem da década de 1980 para de 1990, encurralado pelos ideais liberais em ascensão, o BID dá uma guinada em sua proposta de organização. A atuação para industrialização e rompimento da dependência econômica é substituída pelo viés neoliberal, sendo, então, prevacente até a atualidade. As ações do banco passam a se concentrar na feitura de integração ao mercado internacional por via de reformas do Estado e fortalecimento do mercado. O foco passa a ser, então, a atuação em temas que levassem ao predomínio do mercado em abordagem encobertas pela sua real intenção, como combate à pobreza e à fome, desenvolvimento sustentável e globalização (Makino, 2015).

No conjunto dos países tomadores de empréstimos, a imposição de reformas aos Estados e seus governos é também o mecanismo utilizado pelos organismos multilaterais para garantir o recebimento integral e suas devidas correções monetárias do capital concedido.

As políticas públicas mediatizadas pelos projetos financiados pelo BID têm um curso histórico que os situam em atuação mais focal, sendo papel de o ente estatal atuar na regulação da ação social através de programas e projetos sociais. O eixo político para a questão da pobreza tem assumido o protagonismo de muitos dos acordos firmados com os países-clientes (Stephanou, 2005).

De acordo com o BID, suas prioridades são a redução da pobreza e a equidade social, o crescimento ambientalmente sustentável, a modernização do Estado e a integração regional, que se desdobram em cinco categorias setoriais: 1) política social para equidade e produtividade; 2) infraestrutura para competitividade e bem-estar social; 3) instituições para o crescimento e bem-estar social; 4) integração internacional competitiva no âmbito regional e global, e 5) proteger o meio ambiente, responder à mudança climática e aumentar a segurança alimentar.

A educação, como política pública orientada pelo BID, trará uma formação comprometida com os interesses de mercado, e não com a emancipação humana. Em razão da perspectiva, o modelo educativo será configurado aos processos econômicos e comprometido com estatísticas que o façam ser um mensurável instrumento de identificação de seus desígnios ideológicos. Além disso, a Educação Básica defendida pelo BID é uma formação adequada para o mercado de trabalho, e não de elevação da escolarização e do acesso ao Ensino Superior, sendo uma formação que pode ser equiparada ao Ensino Fundamental no sistema educacional brasileiro.

Ademais, o financiamento dos projetos traz um desenho ideológico, especialmente nos temas ligados à educação, à pobreza e ao meio ambiente, com uma estrutura definida em que são expressas dentro de metas, como prioridade de redução da pobreza, equidade social, desenvolvimento ambiental sustentável, modernização do Estado e integração regional.

Considerando o caráter dos organismos internacionais e suas inferências no desenvolvimento e aprimoramento do sistema capitalista, impõe-se, na análise ensejada, sequenciar a discussão, apresentando o papel do KfW.

2.1.3 O papel do Banco de Desenvolvimento (KfW)

O KFW é um grupo bancário estatal de desenvolvimento com sede em Frankfurt na Alemanha, filiais em Berlin, Bonn, Colônia, e mais 80 escritórios de representação em todo o mundo. Expressa como seu compromisso institucional a melhoria das condições económicas, sociais e ambientais e tem como princípio a sustentabilidade com coesão económica, ambiental e social (Kreditanstalt für Wiederaufbau [KFW], 2019).

O papel do banco é respaldado por uma estrutura legal e de governança sólida, instituída pela participação do governo, integrantes do mercado financeiro e pelos membros da sociedade civil na definição de objetivos, diretrizes e atribuições da instituição (Morais & Mendonça, 2021).

Na América Latina, Bolívia, Brasil, Equador, Colômbia, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua e Peru são países parceiros da Alemanha em cooperação bilateral ou multilateral. O papel da KFW como organização económica estatal é subsidiado pelo Ministério para Cooperação e Desenvolvimento (BMZ). Os acordos firmados com os beneficiários são resultados de políticas do Estado alemão na promoção de projetos em áreas, como clima, saúde e paz mundial e desempenho de governança do país. São também objeto de financiamentos, programas regionais e temáticos, como o combate ao HIV/AIDS, a proteção climática e de florestas e a prevenção de crises (Hernandez & Roehrkasten, 2011).

Morais e Mendonça (2021, p. 100) resumem as funções do KFW em:

1. Realizar atividades promocionais nas áreas de pequenas e médias empresas, profissões liberais e empresas iniciantes, capital de risco, habitação, infraestrutura, progresso técnico e inovações, acordos internacionais e cooperação para o desenvolvimento, por meio da unidade promocional do KFW-Mittelstandsbank.
2. Conceder empréstimos e financiamento a estados e municípios.
3. Financiar projetos com objetivos puramente sociais e de promoção da educação.
4. Recorrer a outras formas de financiamento para atividades de interesse da economia alemã e europeia.
5. Efetuar outras operações por estabelecerem relação direta com suas funções anteriores, sendo estas a compra e a venda de créditos, valores mobiliários, letras de câmbio e notas promissórias, a tomada de medidas para administrar e salvaguardar a liquidez financeira (gestão de tesouraria), e a gestão de riscos.

Além dessas funções, o KFW, do ponto de vista dos negócios internacionais, atua no financiamento de projetos internacionais e exportação e na promoção de países em desenvolvimento e economias emergentes (Morais & Mendonça, 2021).

A atuação das organizações alemãs na Amazônia se dá principalmente por projetos de conversão da natureza em artifício do capital financeiro, ou seja, financeirização das florestas. Um processo que utiliza de discursos de preservação das florestas e de defesa e melhoria das condições de vida de seus povos. O que, na verdade, está ligado diretamente à corrente capitalista da Economia Verde.

No próximo tópico, apresentamos a metodologia que fundamenta a análise das relações educação, pobreza e desenvolvimento nas agendas dos organismos multilaterais para compreendermos as matrizes das políticas públicas de Educação no campo e avançarmos na discussão.

3. Metodologia

A investigação teve enfoque qualitativo e constituiu-se em um exame dado por ciclos metodológicos de pesquisa bibliográfica; análise documental, realizada através de consultas a documentos dos organismos multilaterais, instituições estatais do Brasil e do Acre, e discussão dialética, baseada na reflexão da materialidade teórica e dos dados, fundamentando uma crítica que orienta múltiplas percepções da natureza humana e da economia política, dadas pelo desenvolvimento histórico das relações entre educação, pobreza e desenvolvimento nas agendas dos organismos multilaterais no Vale do Juruá, Acre (Brasil).

Nesta perspectiva, Triviños (1987), ao discorrer sobre revisão teórica, analisa que visa “explicar, compreender e dar significado aos fatos que se investigam” (p. 99), sendo uma metodologia que guia o julgamento do pesquisador na definição de conceitos que alicerçam teorias ao obter inferências sobre a realidade social em evidência.

Segundo Sampieri et al. (2013), as pesquisas de revisão teórica propõem, como primeiro procedimento, o método de mapeamento, ou seja, um preliminar mapa conceitual para aprofundar a revisão de literatura e o desdobramento do marco teórico.

Considerando estes requisitos precedentes, a investigação propiciou familiaridade com as literaturas que fundamentaram o estudo e os subsídios teóricos que foram vistos e revistos durante todo o procedimento. Nesta conjuntura, Medeiros (2006, p. 51) nos alerta que “é passo decisivo em qualquer pesquisa científica, uma vez que elimina a possibilidade de se trabalhar em vão, de se despender tempo com o que já foi solucionado”.

No estudo, a análise colocou-nos em contato com diferentes registros. Os documentos reunidos como fontes primárias foram: as informações das organizações que subsidiam o desenvolvimento local como projetos, relatórios e outros documentos disponíveis nas páginas oficiais das instituições na internet. Assim como, em âmbito regional, foram levantados documentos oficiais, dentre eles, leis, pareceres, resoluções, decretos, planos, políticas e demais produções que consolidaram as ações consecutivamente desenvolvidas.

A análise dialética deu-se de modo a buscar a realidade natural e social, e do pensamento, na materialidade do objeto, procedeu-se pela etapa inicial de *contemplação viva do fenômeno*, dada por reunião de informações; a segunda etapa, *análise do fenômeno*, dá-se pelo estabelecimento das relações sócio-históricas, e; terceira etapa, análise da *realidade concreta do fenômeno*, identifica o fundamento, a realidade, as possibilidades, o conteúdo e as forma do objeto investigado (Triviños, 1987).

4. Educação, pobreza e desenvolvimento nas agendas dos organismos multilaterais no Vale do Juruá, Acre (Brasil)

As agendas dos organismos multilaterais são pontos e finalidades listados para interferir nas tomadas de decisões e na definição de políticas públicas. São geradas como resultados de estudos técnicos detalhados, aprofundados e implementados para elencar caminhos e estratégias de organismos, como BM, BID e o KFW. Além disso, têm como funções orientar a consecução de empréstimos/financiamentos, o estabelecimento de parcerias, as cooperações técnicas e a assinatura de acordos com os países ou organizações na manutenção de seus interesses econômicos e políticos (Cavalcanti, 2008).

As agências multilaterais têm em comum a perspectiva de desenvolvimento. No arquétipo proposto pelo BM, o desenvolvimento elenca-se a partir da redução da pobreza e da geração de prosperidade. Na plataforma do BID, a expectativa desenvolvimentista é elencada com a questão da melhoria da qualidade de vida através de inclusão social e equidade, produtividade, inovação e integração econômica. Em sentido aproximado, está também a agenda dos demais organismos com suas propostas específicas de abertura do comércio de importação e exportação como a trilha para o desenvolvimento, independente de sua natureza de atuação.

De tal modo, a definição das agendas multilaterais é variável, mas, ao mesmo tempo, uníssona, focando na exploração das fragilidades dos países periféricos, o que, por suas condições, estas acabam produzindo mudanças em suas políticas num ajustamento para atender aos princípios e estratégias desses organismos (Cavalcanti, 2008).

Os padrões de desenvolvimento das organizações multilaterais e suas agendas reproduzem e materializam-se em cargas de neoliberalismo impostas aos países que contraem empréstimos e/ou assinam os acordos. Estes processos se arraigam nas políticas públicas e manifestam-se em ações de fortalecimento do mercado, minimização do Estado, privatizações etc.

A agenda do BM é composta por temas que são organizados em setores e áreas transversais (Figura 1).

Figura 1

Agendas/temas do Banco Mundial

Pobreza	Desenvolvimento	
Desigualdade e prosperidade compartilhada	Desenvolvimento social	Desenvolvimento urbano
Medindo a pobreza	Comunidades sustentáveis	Cidades inclusivas
Proteção social	Desenvolvimento orientado pela comunidade	Desenvolvimento sustentável
Desenvolvimento de habilidades	Deficiência	Gerenciamento de risco de desastre
Empregos e desenvolvimento	Inclusão social	Terras
Pensões	Orientação sexual e identidade de gênero	Integração regional
Redes de proteção social		
Desigualdade e prosperidade	Povos indígenas	

Fonte: BM (2019).

O BM define educação como direito humano impulsionador do desenvolvimento e um instrumento eficaz para reduzir a pobreza, melhorar a saúde e alcançar a igualdade de gênero, a paz e a estabilidade, ou seja, uma construção que é ligada à renda, à igualdade de oportunidades, valendo-se, inclusive, de estatísticas para calcar as informações que atrelam a educação à promoção de emprego, saúde e redução da pobreza. O documento *Returns to Investment in Education: A Decennial Review of the Global Literature* afirma que os ganhos por hora aumentam em 9% para cada ano adicional de escolaridade.

As prioridades apresentadas pela página on-line do Grupo BM para a educação consistem em: garantir a educação de crianças em idade de Educação Infantil, o que é expresso através do termo “bom começo”; atuar na reformulação e no desenvolvimento profissional dos professores; compor programas de estudo e instrução em prol da aprendizagem, e promover o fortalecimento da capacidade de execução e gestão (BM, 2018).

Para o BID, a educação é fundamental para o desenvolvimento económico, e o crescimento, a modelo do BM, alia a baixa aprendizagem ao atraso social e económico, trazendo, em sua visão, a necessidade da promoção de aprendizagem eficaz. Como diretrizes atuais para a educação das crianças e jovens da América Latina e do Caribe, determina cinco dimensões, a saber: altos níveis de aprendizado: altas metas para os serviços educacionais; os alunos entram no sistema de ensino prontos para aprender; os alunos têm acesso a professores eficazes; as escolas têm recursos adequados e são capazes de usá-los para aprender, e os graduados têm as habilidades necessárias para serem bem-sucedidos no mercado de trabalho.

A proposta do Grupo BID é pautada no apoio aos países da região que se encontram com seus sistemas educacionais mal avaliados. O que também é justificado como necessidade de intervenção, dada a relação comparativa entre PIB dos países bem-sucedidos e a avaliação positiva da educação, já que os países com PIB baixos seriam aqueles onde persistem as desigualdades socioeconómicas, raciais, de gênero e de origem geográfica, não sendo preparados para as exigências do mercado e as necessidades sociais (BID, 2019).

Os temas apresentados que compõem as áreas de atuação e constituem a agenda do BM são fundamentais para a consecução dos investimentos nos países através dos empréstimos. A agenda não surge do acaso, é resultado de estudos e projeções que tecnicamente foram erigidas e fomentam a construção e distribuição das políticas.

Na agenda globalmente estruturada, visível na ação e na orientação dos três bancos, supracitados, os temas educação, pobreza e desenvolvimento assumem destaque especial. O BM trata a pobreza como se fosse *puzzle*, ou seja, um enigma. Apesar disso, existem estudos do próprio banco que desvelam o conceito de pobreza, sua fórmula de cálculo e os mecanismos para o seu enfrentamento. Para definir o limiar internacional da pobreza, foi fixado o valor de USD 1,90 por pessoa por dia, utilizando fatores de conversão da paridade de poder de compra (PPC) de 2011. É clarividente a existência de respostas para o problema da pobreza, mas sua não superação é dada pela própria manutenção da hegemonia do capital.

Sobre desenvolvimento, o BM trata o tema como uma combinação de fatores. De um lado, preceitua um ideal de desenvolvimento para os países periféricos, que só se efetiva com o ajustamento estrutural do Estado, a fim de modelar-se às demandas do capital financeiro e suas nuances. Por outro lado, difunde um modelo desenvolvimentista condicionado aos elementos de boa governança. O conceito de governança, por sua vez, é atrelado aos discursos de redução da pobreza e de estabilidade económica. Uma combinação que se edifica em um emaranhado de exigências preceituadas, interligadas e difundidas na agenda do BM e que são consolidadas em suas políticas de empréstimos.

Para o BM, a educação é também uma condição de alívio da pobreza e plataforma para a redução das desigualdades sociais a fim de impulsionar o desenvolvimento. Esta não é uma prioridade pedagógica no sentido da emancipação que pode auxiliar na sua construção, mas, sim, uma prioridade política para o controle da pobreza. Desse modo, a formação que se apresenta como prioridade na agenda do BM é a Educação Básica, especificamente o Ensino Fundamental, embora indique que a Educação Infantil já deva encaminhar a criança para um futuro de produtividade, capacidade de renda e potencialmente para a inserção no mercado de trabalho, acentuando, ideologicamente, um ideal de educação como mecanismo de ascensão social (Bueno & Figueiredo, 2012).

Na análise do BID, entende-se como agenda os setores que compõem sua atuação, que são especificados através de sua organização em subsetores, mas nomeadamente dentro de cada missão daquilo que elegeram como prioridades atuais (Figura 2).

Figura 2

Agenda/setores do BID

Educação	Pobreza	Desenvolvimento
<p>Os sistemas educacionais com altos níveis de aprendizado do aluno alcançam as seguintes 5 dimensões do sucesso:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Altas metas orientam serviços educacionais; - Os alunos entram no sistema de ensino prontos para aprender; - Os alunos têm acesso a professores eficazes; - As escolas têm recursos adequados e são capazes de usá-los para aprender; - Os graduados têm as habilidades necessárias no mercado de trabalho. 	<p><i>Investimentos Sociais</i></p> <p>Proteção social</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promover o desenvolvimento de capacidades e o acesso a programas abrangentes e de qualidade para populações que vivem em situação de vulnerabilidade, pobreza e extrema pobreza; <p>Trabalho e pensões</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promoção de políticas trabalhistas e previdenciárias que contribuam para a criação de mais e melhores empregos, além de cobertura universal de aposentadorias; <p>Gênero e diversidade</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promoção da igualdade de gênero e apoio ao desenvolvimento de afrodescendentes e povos indígenas na América Latina e no Caribe; <p>Segurança cidadã</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apoio a uma região mais segura, trabalhando com grupos vulneráveis na prevenção social, prevenção policial e melhorias nos sistemas de justiça. 	<p><i>Desenvolvimento Urbano e Habitação</i></p> <ul style="list-style-type: none"> a) Aumentar o acesso e a qualidade da infraestrutura e dos serviços urbanos, tanto nos bairros formais como nos informais; b) Apoiar o acesso universal à habitação de qualidade, trabalhando em toda a cadeia de valor da habitação; c) Melhorar o habitat urbano e prevenir sua degradação, reavaliando o patrimônio histórico das cidades e prevenindo impactos ambientais adversos; d) Fortalecer a capacidade de governança das instituições locais, apoiando a participação dos cidadãos e a coordenação metropolitana. <p><i>Agricultura e Desenvolvimento Rural</i></p> <p>Estamos trabalhando para fornecer maior capacitação e padronizar as ferramentas de pesquisa quantitativa que os países precisam para melhorar a segurança alimentar, combater os efeitos das mudanças climáticas e usar os recursos naturais de maneira sustentável.</p>

Fonte: BID (2019).

Apesar de o BID negar que produza qualquer tipo de interferência nas políticas públicas dos seus países-clientes e justificar isso através de uma dita “abertura” com as demandas locais e, também, com o atendimento das demandas sociais, acredita-se que os direcionamentos que são preconizados para as áreas sociais são resultado de sua estratégia de modelamento do Estado para o recebimento de suas propostas de reforma, especialmente com os investimentos em saúde e educação. Entende-se que, se não existir condições favoráveis para a reforma do Estado, a pauta neoliberal não se consolida, assim, é preciso que a sociedade seja preparada para isto (Cavalcanti, 2008).

A agenda para a educação proposta pelo BID é focada em *accountability*, pressupondo que os investimentos promovidos nos países periféricos se dão pela baixa qualidade do ensino. As instituições educacionais devem, portanto, se organizar priorizando os resultados, em especial, nas avaliações externas. O BID assenta uma proposta educacional elencada no ideário economicista, ou seja, uma educação que deve atuar para promover a concorrência internacional e que tenha como foco a formação de competências para a promoção do desenvolvimento da economia nacional em todos os níveis e modalidades de oferta (Gorostiaga & Tello, 2011).

A percepção do BID é a promoção de desenvolvimento e já na infância podem-se definir as bases para a educação, emprego e redução da pobreza, sendo os programas os modos propícios para corrigir as defasagens causadas pela pobreza e o investimento em educação, um mecanismo para redução das desigualdades, gerando efeitos positivos para toda a vida (BID, 2019).

Na agenda, ao tematizar a pobreza, o BID tem atuado de modo a favorecer um processo de produção e reprodução do capital, adotando um discurso de que a pobreza pode ser superada por via de projetos econômicos, de infraestrutura e de integração regional. Em suma, o banco atribui a um todo relacional a

distribuição de renda e o desenvolvimento dos países periféricos. O que se daria, em tese, por meio da educação, do acesso a crédito e por mecanismos políticos e econômicos nas políticas públicas.

A análise do papel do grupo KFW nas pautas de educação, pobreza e desenvolvimento está atrelada diretamente aos interesses do governo alemão em sua política desenvolvimentista e na cooperação internacional. O banco atua sob o aporte do Ministério Federal da Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ) da Alemanha, da União Europeia (UE) e em parceria com várias instituições, agências ou órgãos de seu país e de toda a Europa.

A agenda se vincula, portanto, não apenas a uma estrutura de Estado, mas a uma rede econômica que situa e prioriza os negócios e o modelo de desenvolvimento europeu. Nesta acepção, a atuação do KFW é também uma extensão das prioridades da cooperação alemã para o desenvolvimento. Ao elencar as prioridades, o banco reproduz ações comuns a outras organizações. Um de seus princípios compartilhados é a redução sustentável da pobreza, um preceito comum aos objetivos e metas do milênio estabelecido pela ONU. A meta dá destaque para a luta contra a pobreza educacional, um conceito vinculado ao ideário do Capital Humano, manifesto nas expressões socioeconômicas neoliberais.

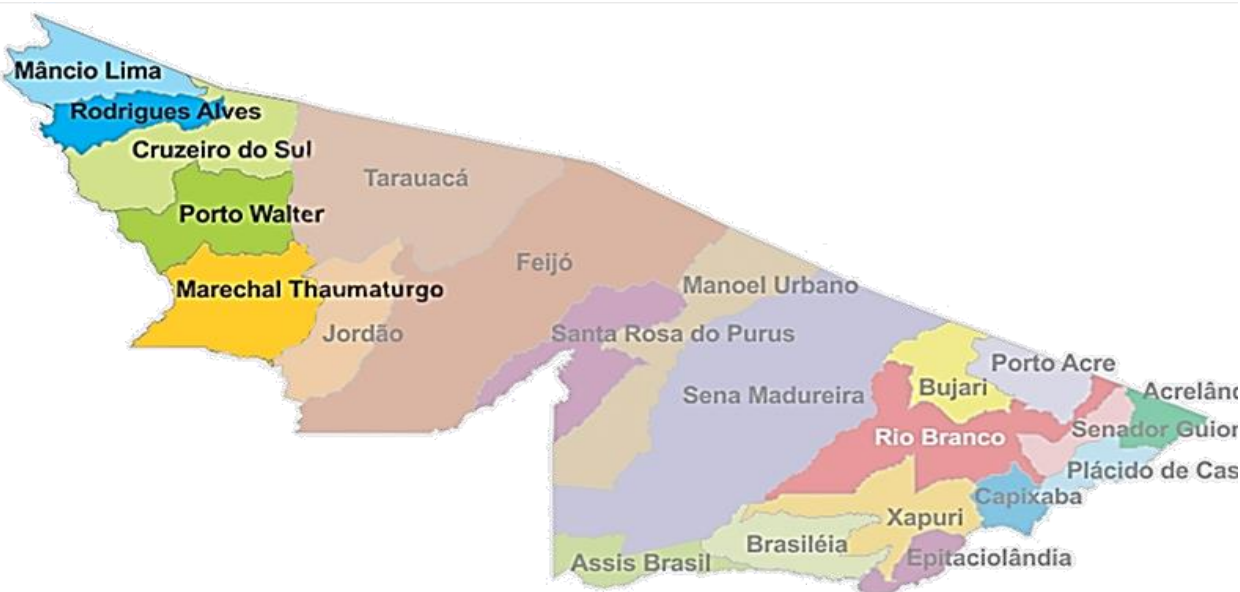
O KFW, discursivamente, tem difundido que atua no financiamento de projetos que se conjugam as necessidades locais. No entanto, é nítido que o modelamento difundido teoricamente tem uma justificativa em si. A título de exemplo, na agenda da educação, prioriza a formação profissional em países periféricos. Em 2017, destinou 42% dos recursos, de um valor total de 665 milhões de euros, para este fim (KFW, 2018).

Em sua agenda de desenvolvimento, entre outros aspectos, foca na proteção do clima e do meio ambiente. Os projetos comprometem-se com a redução da emissão de dióxido de carbono na atmosfera, financiando, dessa maneira, a preservação e a recuperação de florestas nos países parceiros.

Destarte, a agenda do KFW, prescrita para os países que consignam seu ideário de desenvolvimento e têm seus projetos financiados, converge-se na imposição de políticas públicas que ditam de forma conexa um contexto de competitividade e ao mesmo tempo de globalização, friccionando qualificação para o trabalho e expansão descentralizada de investimentos. O Vale do Juruá, região que reúne os municípios acreanos de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Rodrigues Alves e Porto Walter, no Brasil, possui uma área territorial total de 29686.2000 km², com população total estimada em 154.965 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2018), como se observa na figura 3.

Figura 3

Estado do Acre (Brasil)



Fonte: TJAC (2015).

No Brasil, em 2018, o PIB foi de R\$ 6,8 trilhões. O IBGE, em 2016, indica que o PIB do Acre foi de 13.751.126 milhões a preços correntes. Dentre os municípios que compõem a região, Cruzeiro do Sul é o que

tem o maior PIB *per capita*, no valor de R\$ 13.263,80; seguido de Mâncio Lima, com PIB de R\$ 10.796,46; Marechal Thaumaturgo, com R\$ 10.084,48; Rodrigues Alves, com R\$ 10.084,48, e Porto Walter, com R\$ 9.853,18. Importante destacar que Marechal Thaumaturgo e Porto Walter são municípios isolados geograficamente, só tendo acesso por via fluvial e através de aeronaves de pequeno porte.

Sem uma verdadeira inserção e valorização dos trabalhadores da floresta nas benesses produtivas, isolaram-se os trabalhadores, reafirmando, na atualidade, as condições de pauperização. Com o declínio produtivo da borracha, novos setores econômicos foram se instalando no Acre (Brasil), entre eles, a agropecuária e a indústria. Logo, os trabalhadores da floresta passam a se integrar a estes setores, ainda que este processo não tenha se dado de forma tão intensa.

Outro importante indicador das condições sociais é a distribuição de renda e a taxa de pobreza. Na avaliação da desigualdade da renda domiciliar *per capita* entre os indivíduos, temos o Índice de Gini, que mede a concentração ou desigualdade, em que o valor vai de 0 a 1. Quanto menor a desigualdade, mais próxima de zero; quanto maior a desigualdade, mais aproximada de um. Utilizando ainda dados do último censo (2010), vemos que os municípios apresentam um Índice de Gini muitíssimo próximo, variando de 0,59 a 0,64, portanto, dentre os municípios, o que apresenta menor desigualdade é Marechal Thaumaturgo, e a maior é de Cruzeiro do Sul, apesar de este ser, em todos os outros indicadores anteriores mencionados, o estado que melhor se apresenta.

Ao analisar a relação entre pauperização, segurança alimentar e autoconsumo familiar rural no Acre (Brasil), nos deparamos com uma realidade extremamente particular, pois existem uma concentração altíssima de rios e muitas áreas de difícil acesso. Além disso, as estradas não apresentam condições de tráfego adequado durante todo o ano, o que produz implicações diretas sobre os indicadores socioeconômicos da produção agrícola e das condições de vida das pessoas do campo. Um conjunto de condições que interfere também na economia em razão das dificuldades e no escoamento da produção nos centros de comercialização, o que faz com que não haja geração de renda e de desenvolvimento no campo (Cavalcante et al, 2018).

No Vale do Juruá (Acre, Brasil), de acordo com os Sistemas Básicos de Produção Familiar Rural do Estado do Acre (ASPF), nos anos agrícolas de 2006/2007, 70% da renda gerada nos sistemas produtivos estão relacionadas diretamente com a produção de macaxeira, mais especificamente da farinha de mandioca. Na análise do nível de vida das famílias rurais, em termos monetários (2006/2007), 1% tem faixa de renda maior que quatro salários-mínimos por mês; 11% têm renda entre dois e quatro salários-mínimos por mês, e 61% situam-se na faixa de $\frac{1}{2}$ e dois salários-mínimos por mês. Na linha da pobreza, 17% são pobres, tendo renda de $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ de salário-mínimo por mês, e 10% são considerados extremamente pobres, com nível de vida menor que $\frac{1}{4}$ de salário-mínimo por mês (Cavalcante et al., 2018).

Nesse sentido, é preocupante o número de famílias rurais do Vale do Juruá (Acre, Brasil) que estão em situação de pobreza e indigência. Chama a atenção ainda mais o crescimento do número de pobres em 223% e de indigentes, em 394% no período de 1999-2001/2006-2007. Este cenário é caracterizado por uma exacerbada redução da produção para autoconsumo e, como consequência, faz com que muitas famílias saiam de suas propriedades em busca de melhores condições de vida, uma perspectiva dificilmente alcançada em razão, dentre outros fatores, pelo baixo nível de escolaridade e pela inexistência de qualificação profissional (Cavalcante et al., 2018).

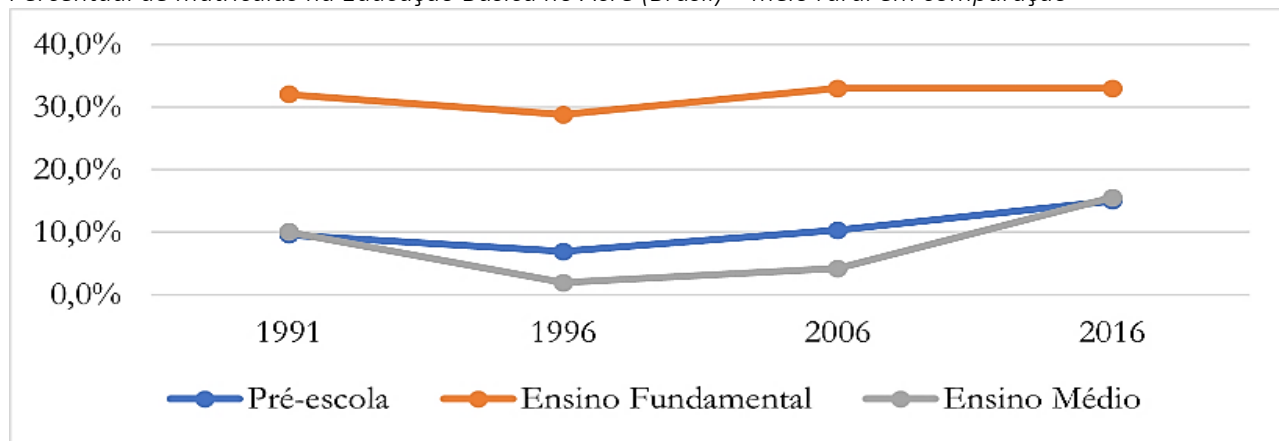
Quanto ao problema de acesso à Educação Básica no estado, cumpre-se destacar que, na relação população e analfabetismo no Acre, considerando as pessoas com 15 anos ou mais de idade por situação de alfabetização, logo, indica-se que, em 1991, a taxa de analfabetismos era igual a 34,8% de uma população total de 233.451 habitantes. Desses, no meio rural, a taxa de analfabetismo salta para 59,6% de uma população rural de 80.713 pessoas (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [INEP], 1997). Até 1999, era incipiente o número de escolas rurais com oferta das séries finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Do outro lado, em relação aos elevados índices de distorção idade-série dos alunos da rede estadual, 65% enquadravam-se no problema no Ensino Fundamental, e 75%, no Ensino Médio (INEP, 2010).

Os números de matrículas de Educação Básica, em 2005, na zona rural revelam esse complexo quadro. Ao todo, o ensino rural tinha 67.980 alunos; 40.668 estavam nas séries iniciais, e 10.142 eram estudantes nas séries finais do Ensino Fundamental, reduzindo-se para 1.531 no Ensino Médio. Este decréscimo no número de matrículas confirmava a urgência de uma política específica (INEP, 2010).

Os dados educacionais do ensino básico rural no Acre, em comparação detalhada dos percentuais de matrículas dos anos de 1991, antes da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e duas décadas pós-LDB (1996, 2006 e 2016), são sintetizados na figura 4.

Figura 4

Percentual de matrículas na Educação Básica no Acre (Brasil) – meio rural em comparação



Fonte: INEP (1991; 1996; 2006; 2019).

Em comparação, os números da educação do Acre em 1991, expostos no gráfico, apresentam nas matrículas da Pré-Escola 9.023 alunos (9,6% no meio rural); nas Classes de Alfabetização, são 1.249 matrículas (1,4% no meio rural), no Ensino Fundamental, 89.198 (32% no meio rural), e no Ensino Médio, 7.305 alunos (10% no meio rural). Nos dados de 1996, os números da Pré-Escola são 12.591 matrículas (6,9% no meio rural); nas Classes de Alfabetização, 941 (1,7% no meio rural); no Ensino Fundamental, 123.620 alunos (28,8% no meio rural), e no Ensino Médio, 15.247 estudantes (1,9% no meio rural) (INEP, 2017).

Os números de matrículas de Educação Básica no Acre, em 2006, consideram que, na Educação Infantil, são 27.244 (rural - 150 matrículas de creches e 2.803 em pré-escola); no Ensino Fundamental, 155.829 (rural - 51.552, sendo 397 de correção de fluxo), e no Ensino Médio, 32.044 (rural - 1.342 matrículas), que, reunindo com outras modalidades de ensino, somam 68.790 matrículas no meio rural (INEP, 2006).

Em 2020, os números de matrículas da Educação Básica no Acre totalizaram 260.644. Na Educação Infantil, são 38.629 (rural - creche são 1.073 e pré-escola são 5.899); no Ensino Fundamental, são 156.679 (rural - 52.191); no Ensino Médio, 37.835 (rural - 8.872); na Educação Profissional, são 127 matrículas no meio rural, e na Educação de Jovens e Adultos, são 6.477 matrículas no meio rural (INEP, 2021).

Os programas de financiamento trazem em suas entrelinhas que é preciso estruturar uma educação para reafirmar as bases exploratórias do capital, propagando uma educação direcionada aos ideais de consumo e, no caso em questão, de uma economia que, além de asseverar a manutenção do *status quo*, serve como uma espécie de expiação dos pecados socioeconômicos do capital. A ideia de desenvolvimento sustentável e preservação da natureza assumida como compromisso dessas organizações econômicas é, de facto, um modo para fazer com que a natureza do método empregado, que vincula os aportes financeiros aos seus interesses, não seja percebida como estratégia específica característica da natureza sistêmica do capital.

No formato de gestão assumido pelos governos do Acre (Brasil) a partir de 1999, modelou-se um espectro de política pública em que a interveniência dos organismos multilaterais se dá em escalas crescentes, de modo que um projeto financiado é indutor de políticas que vão preparar o estado para receber outros investimentos. Isso constitui-se como processo sincrônico de ladeamento, intensificação e prevalência do capital internacional na ordem econômica local.

A partir da mobilização em torno da questão da preservação ambiental, delineada no projeto de governo, criaram o neologismo “florestania”, juntando num mesmo vocábulo as palavras “floresta” e “cidadania”. Uma forma inteligente de massificar a ideia de um governo voltado para a exploração sustentável dos recursos florestais, bem como de prometer proporcionar bem-estar às pessoas que nasceram, cresceram e vivem até hoje no meio da floresta, usando os benefícios desta para sobreviver. Uma espécie de pacto, por

meio de uma ação discursiva, entre o poder representativo e a população, baseado no equilíbrio das relações entre homens e ambiente (Pinheiro, 2012).

A proposta de desenvolvimento sustentada pela Florestania vai instituir uma série de normas e instrumentos para o uso dos recursos naturais, fundamentais para a consolidação dos acordos econômicos firmados entre o Estado e os organismos multilaterais. Dentre os instrumentos e normas, destacam-se o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), um instrumento de planejamento e gestão territorial e ambiental através de mapas com escala de 1:250.000; a Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal, composta pelos Plano de Valorização do Ativo Ambiental Florestal e o Plano de Recuperação de Áreas Alteradas; o Plano de Prevenção e Controle dos Desmatamentos do Acre (PPCD/AC), com estratégias nas esferas federal e municipal, fixando metas de redução da emissão de CO₂ no estado, e o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA), um programa que incentiva o uso intensivo de áreas desmatadas e sem novas interferências nas florestas (BID/Acre, 2012).

O processo de preparação para o aporte de financiamento de recursos é formatado sob a égide do fetiche do desenvolvimento local, inaugurando, em seu planejamento territorial, uma perspectiva mercadológica que alinha e modela as práticas sociais coletivas e cria uma agenda econômica dada pelo ideal de produtividade e eficiência.

O avanço do arquétipo idealizado avança em diferentes frentes e formas, como Ordenamento Territorial Local, Planos de Desenvolvimento Comunitários, Etnozoneamento, Programa de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas, Plano de Prevenção e Controle ao Desmatamento, Plano de Recursos Hídricos, Plano Estadual de Gestão de Desastres Ambientais, Cadastro Ambiental Rural, entre outros projetos e subprojetos.

Destaca-se, nesse contexto, o papel articulador do Projeto de Gestão Ambiental Integrada (PGAI), que alinha o Planejamento Territorial Integrado, no qual tem-se a elaboração do ZEE (Zoneamento Ecológico-Econômico), que vem sendo trabalhado desde 1999 em fases, visando planejar e implementar programas de governo, valendo-se do discurso de conservação e proteção ambiental para convergir com os interesses das organizações internacionais.

Numa caracterização dos períodos de governos do estado do Acre (1999-2013), temos basicamente quatro fases: reestruturação estatal (1999-2002), estruturação de cadeias produtivas (2003-2006), orientação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável (2007-2010) e reorientação da política econômica (2010-2013), ainda que definamos esse intervalo temporal, consideramos que, de sobremodo, a quarta fase tem perdurado.

Avulta-se também que, no período entreposto na quarta fase, se processa um momento muitíssimo acirrado de prevaecimento do capital internacional através dos programas PDSA, PROACRE, e REDD, num fazer de políticas públicas com viés multilateral interveniente da gestão local. A fetichização é avançada pelo movimento de acirramento de práticas econômicas que são vislumbradas em movimento de curto, médio e longo prazo que se justifica pelos ideais de controle e exploração de riquezas.

A educação no campo é consolidada pela utilização dos financiamentos organismos multilaterais e é cooptada no Acre (Brasil) para compor uma referência formativa dada pela filosofia política de produtividade e de expansão econômica. Desse modo, os programas educacionais ou ideários que se sucedem pelo PDSA, pelo PROACRE e pelo REDD configuram duas dimensões da agenda, a do agenciamento econômico-administrativo e do agenciamento econômico-formativo.

Na dimensão administrativa, os aparelhos e organismos estatais são captados e organizados, apregoando o discurso de desenvolvimento sustentável em que a base de exploração do trabalho, em tese, seria para valorizar os povos da floresta. Nesse sentido, constrói-se tanto simbolicamente, como também materialmente a impressão de melhoria de qualidade de vida, quando, na verdade, os conhecimentos são formais ou sociais, assim como a própria natureza filosófica da escola é remodelada para o interesse de mercado (Nicação, 2021).

Na dimensão econômico-formativa, tanto o conhecimento escolar, quanto o trabalho são apreendidos para legitimar um ideário educativo e de modo de vida que captura as individualidades e singularidades dos povos do campo, produzindo uma convergência de interesses que falseia a realidade e repercute como condicionante socioeconômico e educativo (Nicação, 2021).

O BID financiou o PDSA com os objetivos específicos de promover a modernização da gestão ambiental e o uso eficiente dos recursos naturais, passando pelo impulsionamento de emprego no setor silvoagropecuário, até a logística e acesso à energia elétrica no estado, desse modo, o financiamento contemplaria três componentes centrais: meio ambiente, produção e infraestrutura. Na primeira fase, no Acre (Brasil), iniciada em 2002 (PDSA I), o custo total do programa foi de US\$ 108 000 000,00, sendo 64,8 milhões de dólares financiados pelo BID e 43,2 milhões de dólares de contrapartida do estado do Acre. Na segunda fase (PDSA II), foi celebrado, em 2013, um aditivo é de US\$ 115.000.000,00, sendo 43 milhões de dólares de responsabilidade do mutuário, e 72 milhões de dólares disponibilizados pelo banco.

A educação no PDSA usa os investimentos para modelar as estruturas culturais e o aparelho estatal, qualificando-o como desenvolvimento sustentável. A proposta de educação atrelada ao programa figura-se na prevalência da educação profissional para formar agentes para mobilizar e fazer propagar a ideologia desenvolvimentista, por conseguinte, alterar suas percepções de trabalho e renda numa colocação mais expressiva dos comunitários aos interesses do mercado.

O PROACRE é um programa para captação de aporte financeiro elaborado pelo governo e pactuado com o Banco Mundial, com tratativas que se consolidam em 2008, subsidiando um total de 270 milhões de dólares, alcançado o conjunto dos dois compromissos firmados. No primeiro contrato, já foram utilizados 88,77% do valor, enquanto do aditivo, apenas 53,80%, sendo que a previsão de encerramento do programa datará 31 de dezembro de 2021 (BM, 2019).

Os recursos do PROACRE para a educação foram utilizados para o custeio/aquisição de materiais didático-pedagógico para os alunos dos programas educacionais que surgem atrelados aos financiamentos para o cumprimento de metas, entre eles: Asas da Florestania, Asinhas, Multissérie, Asas Fundamental II e Asas Médio, Programa Quero Ler, Coordenação de Programas e outros, do mesmo modo como foram adquiridos kits de material pedagógico para os professores, supervisores e servidores da Secretaria de Estado de Educação do Acre (DEVELOPMENTAID, 2016).

O Acre (Brasil) pactuou dois acordos com o KFW através do Programa Global de REDD (Duchelle, Mello, Gebara, & Melo, 2014). A 1ª Fase (2012 a 2016) gerou uma renumeração de 25.000.000 € e, na 2ª Fase (2017 a 2021), foram dois desembolsos já efetivados, o primeiro de 5 000 000,00 € e o segundo de 7.937.756,44 € (ACRE, 2018).

A educação, no contexto do programa, está diretamente nas ações de redução da emissão CO₂, materializando-se nas alterações do modo de vida na terra indígena, na unidade de conservação, no projeto de assentamento e, inclusive, nas propriedades privadas. Tais sujeitos têm de apreender a própria sistemática financeira para acessar os recursos e criar projetos com os elementos definidos pela organização. Nisso, as cooperativas de produção, os sindicatos e federações, as associações e organizações de produtores se veem obrigados a se educarem na lógica do capital para dispor do financiamento. O que é verificado pelas capacitações feitas com os agentes implementadores, na formação de agentes em sistemas agroflorestais e na criação de materiais didáticos que orientam os princípios, critérios e indicadores de REDD+, interligando padrões ambientais e sociais aos interesses da cooperação alemã (Nicácio, 2021).

5. Considerações finais

O objetivo proposto para esta pesquisa foi apresentar aproximações críticas que caracterizam as vinculações entre educação, pobreza e desenvolvimento nas agendas dos organismos multilaterais e suas manifestações no Vale do Juruá, Acre (Brasil).

O estudo mostra que a influência das agendas dos organismos multilaterais em nível local é intensificada a partir da ascensão da Frente Popular ao governo do estado do Acre (Brasil), através do ideário de Florestania, que é erigido pelo projeto de alinhamento do desenvolvimento local por meio de financiamentos de políticas públicas.

As agendas implementadas localmente são figuradas pela atuação do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Alemão de Desenvolvimento, que impõem uma relação entre educação e desenvolvimento como condição de alívio da pobreza, o que é justificado também pela baixa qualidade do ensino, na proteção do clima e do meio ambiente, entre outros aspectos.

As reflexões mostram que, com a inauguração da “democracia agenciada” no Acre, a partir de 1992, cria-se a Florestania, sendo, em tese, um novo modelo de cidadania para os povos da floresta. Por efeito,

remodela-se a organização do estado e assume-se, em nível local, o discurso de fomentação de políticas públicas para as populações tradicionais e para a “proteção da floresta”. A proposta de Florestania é financiada por acordos econômicos firmados com organismos multilaterais e, nesse contexto, são criados instrumentos e normas para o processo de aportes financeiros, entre eles, o Projeto de Gestão Ambiental Integrada e o Zoneamento Ecológico-Econômico e, com eles, geram-se as Zonas de Atendimento Prioritários, divididas em Comunidades Polos (com comunidades compostas de mais de 30 famílias), Comunidades de Atendimento Prioritário (com comunidades compostas de cinco a 30 famílias), e Comunidades de Atendimento Universal (com comunidades compostas de um a quatro famílias).

Contudo, ressalta-se que as relações educação, pobreza e desenvolvimento são objetivadas e se sucedem por meio do PDSA, pelo PROACRE e pelo REDD+ Early Movers. Percebe-se, portanto, que as relações iniciais que apresentamos são perpassadas por contradições que se materializam em movimentos de benefícios e por mecanismos de controle, avanços e retrocessos em políticas públicas para o Vale do Juruá, Acre (Brasil). Nesse sentido, uma análise crítica não pode compreender como encerrada as discussões, pois estão sujeitas aos movimentos e elementos da história, podendo ser produzidas transformações.

Referências

- Banco Interamericano de Desenvolvimento. (2019). *Educação*. <https://www.iadb.org/es/sectores/educacion/perspectiva-general>
- Banco Interamericano de Desenvolvimento/ACRE (2012). *Minuta do Manual Operacional do Programa (MOP)*. http://acre.gov.br/wp-content/uploads/2019/12/I-Manual-Operacional-do-Programa-Volume-I-CBR_571.pdf
- Banco Mundial. (2018). *Educação*. <http://www.bancomundial.org/es/topic/education/overview#4>
- Banco Mundial. (2019). *Relatório Semianual do Escritório do Economista Chefe para a América Latina e Caribe do Banco Mundial*. <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/31483/211413PT.pdf?sequence=9&isAllowed=y>
- Bueno, C. A. R., & Figueiredo, I. M. Z (2012). A relação entre educação e desenvolvimento para o Banco Mundial: a ênfase na “satisfação das necessidades básicas” para o alívio da pobreza e sua relação com as políticas para Educação Infantil (1-15). In *Anais do IX ANPED Sul*, Caxias do Sul, RS, Brasil.
- Cavalcante Filho, P. G., Maciel, R. C. G., Loiola, T. de O., Marçal, G. W. da S., & Souza, D. L. (2018). Pobreza rural e desigualdade de renda na Amazônia: um estudo da produção familiar rural do estado do Acre. *Revista De Estudos Sociais*, 20(40), 161-178. <https://doi.org/10.19093/res6482>
- Cavalcanti, A. C. R. (2008). *A difusão das agendas urbanas multilaterais de desenvolvimento na cidade de Recife* [Tese de Doutorado]. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil.
- Dale, R. (2004). Globalização e educação: demonstrando a existência de uma "Cultura Educacional Mundial Comum" ou localizando uma "Agenda Globalmente Estruturada para a Educação?". *Educ. Soc.*, 25(87), 423-460. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302004000200007&lng=en&nrm=iso
- DEVELOPMENTAID. (2016). *Financiamento*. <https://www.developmentaid.org/#!/tenders/view/257917/programadesaneamentoambiental-e-inclusao-socioeconomica-do-acre-prosercontratacaodeempresasp>.
- Duchelle, A. E., Greenleaf, M., Mello, D., Gebara, M. F., & Melo, T. (2014). Sistema Estadual de Incentivos aos Serviços Ambientais do Acre (SISA), Brasil. In E.O. Sills, S. Atmadja, Sassi, C. de A.E. Duchelle, D. Kweka, I.A.P. Resosudarmo, W.D. Sunderlin, (eds.), *REDD+ on the ground: a case book of subnational initiatives across the globe*. (pp. 33-50). Cifor.
- Gorostiaga, J. M., & Tello, C. G. (2011). Globalização e reforma educativa na América Latina: uma análise inter-textual. *Rev. Bras. Educ.*, 16(47), 363-388. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000200006>
- Hernandez, M., & Roehrkasten, S. (2011). A cooperação alemã para o desenvolvimento: contexto institucional e prioridades políticas. *Revista Tempo do Mundo*, 3(3), 155-195. http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/rtm/121206_rtmv3_portugues03_cap8.pdf
- IBGE. (2018). *Síntese de Indicadores Sociais: indicadores apontam o aumento da pobreza entre 2016 e 2017*. Brasília, DF: Ibge. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agenciasaladeimprensa/2013agenciadenoticias/releases/23298sinteseindicadorestaisindicadoresapontamaumentodapobreza-entre-2016-e-2017>
- INEP. (2009). *Sinopse Estatística da Educação Básica 2006*. Brasília, DF: Inep. http://download.inep.gov.br/download/censo/2009/sinopse_professor.zip
- INEP. (2010). *Melhores práticas em escolas de Ensino Médio no Brasil*. Inep.

- INEP. (2020). *Resumo Técnico: Censo da Educação Básica Estadual 2019*. Brasília, DF: Inep. https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_basica_2019.pdf
- INEP. (2021). *Sinopse Estatísticas da Educação Básica 2020*. Brasília, DF: Inep. <http://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>
- Ivo, A.B.L.. (Ed). (2016). *A reinvenção do desenvolvimento: agências multilaterais e produção sociológica*. Salvador, BA: Edufba.
- KFW. (2018). *KFW Banco de Desenvolvimento: números e fatos*. https://www.kfwentwicklungsbank.de/PDF/DownloadCenter/PDFDokumenteSelbstdarstellung/2018_Selbstdarstellung_PT.pdf
- KFW. (2019). *KFW presents itself: A presentation about KFW and its tasks*. https://www.kfw.de/PDF/DownloadCenter/Konzernthemen/KfWim%C3%9Cberblick/GP_2014_deutsch_112014_final-2.pdf
- Makino, R. (2015). *Bancos multilaterais de desenvolvimento e capital estatal: o BID, o Brasil e a Argentina* [Tese de doutorado]. Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil.
- Marini, R. M. (2017). Dialética da Dependência. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, 9(3), 325-356. <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/24648/15300>.
- Marx, K. (2020). *História, natureza, trabalho e educação*. Expressão Popular.
- Medeiros, J. B. (2006). *Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. Atlas.
- Nicácio, M. L., (2021). *Educação do campo e pauperização: implicação da agenda global sobre as políticas de educação básica no Vale do Juruá-Acre* [Tese de Doutorado]. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil.
- Pessoni, L. M. L. (2017). *Internacionalização das políticas educacionais, finalidades educativas escolares e qualidade de ensino: a reforma educativa no Estado de Goiás* [Tese de Doutorado]. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil.
- Pinheiro, F. M. (2012). Florestania: meio ambiente, ideologia e hipóteses de um agendamento. In *Anais do 35º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação* (pp. 1-15), Fortaleza, Ceará, Brasil.
- Rached, G. (2008). *As políticas de desenvolvimento do Banco Mundial no contexto das transformações internacionais* [Tese de Doutorado]. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, M. P. B. (2013). *Metodologia de Pesquisa*. Penso.
- Scocuglia, A. C. (2008). Globalizações, política educacional e pedagogia contra-hegemônica. In A. Teodoro (Org.), *Tempos e andamentos nas políticas de educação: estudos iberoamericanos* (pp. 35-51). Liber Livro.
- Souza, A. M. (2014). *Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento*. Brasília, DF: Ipea.
- Stephanou, M. C. (2005). Análise comparativa das metodologias de avaliação das agências de fomento internacionais BID e BIRD em financiamentos de projetos sociais no Brasil. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, 5(1), 127-160. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2005.1.38>
- Teodoro, A. N. D. (2005). Mandato e legitimação nas políticas para a educação. *Perspectiva*, 23(1), 223-234. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9933/9148>
- Teodoro, A. N. D. (2006). Novos modos de regulação transnacional das políticas educativas: evidências e possibilidades. In A. N. D. Teodoro, & C. A. Torres (Orgs.), *Educação crítica & utopia: perspectiva para o século XXI*. (pp. 149-188). Cortez.
- Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. Atlas.